

## NATUREZA HUMANA E ALTERIDADE NA MORAL CARTESIANA

Prof. Dr. Jesus Eurico Miranda REGINA  
UFMS – Campo Grande – MS

### RESUMO

*Realizamos um breve estudo sobre a concepção de homem em Descartes e as razões que o impediram de construir uma moral que coloque como ponto importante a relação com o outro, a alteridade antropológica. A idéia central é verificar que na moral cartesiana a alteridade antropológica não está prevista, pois a mesma se caracteriza como solipsista, com elementos estóicos e fortemente conformista. Para a filosofia moral cartesiana, não é possível a construção da ética alterativa e responsável, que leve em consideração nossa existência ser necessariamente uma existência do ser-com-os-outros.*

### RESÚMEN

*Este breve estudio está realizado sobre el concepto del hombre en Descartes y las razones que han impedido de construir una moral que establezca como punto importante la relación con el otro, la alteridad antropológica. La idea central es verificar que en la moral cartesiana la alteridad antropológica no está prevista, pues se caracteriza como solipsista, con elementos estoicos y fuertemente conformista. Para la filosofía moral cartesiana, no es posible la construcción de la ética de la alteridad y responsable, que lleve en consideración que nuestra existencia sea necesariamente una existencia del ser-com-los-otros.*

### INTRODUÇÃO

Com este trabalho realizamos um estudo sobre a concepção de natureza humana em Descartes, mostrando a sua ligação de fundamentalidade com a moral proposta pelas Máximas “provisórias” do **Discurso do Método**.

O estudo da Natureza humana, na reflexão cartesiana, nos permitiu não só identificar em que sentido ela fundamenta a Moral provisória proposta, mas também, chegar à raiz das dificuldades que

não permitiram o desenvolvimento de uma ética, que tenha como elemento importante na construção da mesma, as relações entre as pessoas, a intersubjetividade, a presença da alteridade antropológica como pólo fundamental.

A nossa preocupação principal foi a de demonstrar que se em Descartes não há a construção de uma ética, mas apenas da moralidade, deve-se às limitações na reflexão do filósofo em estabelecer com clareza a Natureza humana. Essas limitações tem por um lado, a não utilização ou criação por

Descartes de categorias interpretativas próprias, e, por outro, de basear-se nas limitadas categorias interpretativas do Humanismo grego que o levaram a concluir que o homem enquanto em união substancial torna-se ininteligível, sendo possível apenas observá-lo em unidade pela experiência pessoal de cada um.

Entendemos que a indefinição ou ininteligibilidade do homem no plano da união substancial, que, o plano onde se dão as ações morais, as relações com os outros seres (e dentre eles, os outros homens) permitiu a Descartes o estabelecimento de uma moral centrada no “sujeito”, no “*ego cogito*”, que desconsidera a alteridade antropológica como um “outro” colocando-a como objeto, sentido pelas paixões. Essa posição contraditória na moral do sujeito, também permite a caracterização desta como solipsista, com elementos estoicos e fortemente conformista.

Percebemos então que as dificuldades da compreensão da Natureza humana em Descartes o levaram a estabelecer uma moral centralizada no sujeito, que pensa para si mesmo, e por isso, não considera o “outro”, a alteridade antropológica, a intersubjetividade, o “outro” como sujeito e a sua deliberação racional, como valores fundamentais para a construção da ética alterativa e responsável, em função de nossa existência ser necessariamente uma existência do ser-com-os-outros.

## 1. CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA DUALISTA DE DESCARTES

A concepção de Natureza humana, idéia central na reflexão cartesiana, o ponto inicial para a determinação de todas as outras verdades daí decorrentes, principalmente da sua fundamentação na alteridade teológica (Deus) e, na determinação da proposta moral estabelecida nas Máximas “*provisórias*”.

As idéias centrais de natureza humana estão expostas de uma maneira sucinta no “Discurso” e, mais desenvolvidas nas Meditações II e III. O processo de “*vida metódica*”, o caminho no qual em primeiro lugar, não se aceitam as verdades até, então conhecidas, por não se ter certeza da sua existência. Em outro momento, à medida que se

adquirem as características de clareza e de distinção, características das verdades inabaláveis, as verdades vão sendo restabelecidas.

Analisaremos a concepção de homem em Descartes, levando em consideração os seguintes pontos: 1) o homem como espírito; 2) o homem como corpo material; 3) o homem como composto formado pelo espírito e corpo; 4) Natureza humana, dificuldades para a Moral.

Por esta análise chegamos a compreensão maior do que é o homem para Descartes, e qual a ligação que ela tem com a sua proposta moral. Lembramos que o processo de dúvida metódica até certo momento, que inclui todas as verdades, possui dúvidas, inclusive a concepção de homem que Descartes tinha de si mesmo.

### 1.1. O homem como espírito

Percebeu Descartes que a dúvida metódica não pode afetar a sua capacidade de pensar, mesmo que existisse um Gênio Maligno que fizesse tudo para enganar-lhe. A constatação de que mesmo que tudo o que pensasse supor como verdade não fosse verdade, não impede que Descartes se reconheça como “*coisa pensante*”. O “*ego cogito*”, a “*coisa pensante*” passa a ser a primeira verdade, o ponto firme encontrado por Descartes após o mar de dúvidas que o mesmo processo desencadeou.

A primeira verdade centra-se na concepção de Natureza humana, que será fundamental para a construção e a compreensão do edifício das ciências e particularmente para nós neste trabalho, das características da moral “*par provision*”.

O espírito humano na perspectiva de primeira verdade na cadeia de razões, passa a ter a possibilidade de ser alcançado. Todo o esforço de Descartes será de fazer a demonstração das possibilidades de seu conhecimento, mas ainda, de ser mais fácil de obtê-lo do que o do corpo humano, se for provado que tal corpo material existe. Opõe-se aqui, Descartes, frontalmente com a concepção tradicional que sustentava por um lado a certeza da existência do corpo material, obtida pelos sentidos, e por outro, a inacessibilidade ao conhecimento do espírito. Tratamos então, algumas considerações com relação ao “*cogito*”, fundamento sobre o qual Descartes estabelece o ser do homem, como sendo

de natureza intelectual. Seguimos o caminho estabelecido por Descartes na Meditação Segunda, na qual chegaremos a coincidência entre pensamento e existência no “*eu penso*”.

### 1. 2.O homem como corpo material

Na descoberta da verdade do “*cogito*” é levantada a possibilidade de existência de uma outra coisa além da “*coisa pensante*”. A coisa material, que tem como base a extensão, não aceita tão facilmente por Descartes.

O processo de dúvida metódica, não aceitou aqueles conhecimentos tidos por nós como verdade e que assentavam sua base nos sentidos. A argumentação cartesiana se dirigiu no sentido de através das faculdades que julgou possuir concluir o seguinte: pelo entendimento, a sua probabilidade; pela imaginação, a sua possibilidade e, como certa, pelos sentimentos. Verificamos que os argumentos de Descartes levaram em consideração a obtenção ou não de uma idéia clara e distinta das coisas materiais em cada uma das faculdades.

Os sentimentos que dão a certeza da existência das coisas materiais, entre elas o corpo do homem, apoia-se em quatro razões fundamentais, que demonstram o seu valor objetivo.

O estabelecimento do valor objetivo das coisas materiais, determinaram para Descartes três verdades importantes: 1) a distinção real da alma e do corpo; 2) a constatação da existência das coisas materiais; 3) a confirmação da união de fato da alma com o corpo material.

### 1.3.O homem como composto formado pelo espírito e pelo corpo

Analisamos a argumentação de Descartes que esclarece o que esse todo chamado homem, formado pelo corpo material, sentido como existindo estreitamente unido ao espírito.

Lembramos que a definição do homem não será feita pela priorização de uma das suas partes constitutivas, mas sim, a partir do composto espírito-corpo. Essa definição se desenvolve levando-se em consideração os seguintes pontos: 1) possibilidades de se chegar a esse conhecimento não pelo entendimento e sim pelos sentidos; 2) o

fato da união de duas substâncias distintas e suas provas; 3) levantamento de algumas dificuldades e objeções que se encontram nessa definição.

### 1.4.Natureza humana. Dificuldades para a moral cartesiana

Essa definição do homem nos leva ao estabelecimento das raízes da moral cartesiana que tem a centralidade no “*ego cogito*” como o determinador das razões morais e que com isso, coloca em plano secundário a alteridade antropológica, componente fundamental da razão moral.

Entendemos que as dificuldades para a compreensão do homem em união substancial, não permitiram uma completa definição do homem em sua essência, e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma moral que incluía o “outro”, a alteridade antropológica, mas, apenas uma moral pessoal voluntarista e de caráter provisório, como descrita nas Máximas do Discurso.

## 2. O DUALISMO ANTROPOLÓGICO E A MORAL DE DESCARTES

A partir da concepção de homem onde a superioridade gnosiológica do espírito sobre o corpo é admitida, verifica-se até que ponto essa superioridade é determinante da moralidade.

Ao se analisar as Máximas morais indicadas por Descartes no Discurso como provisórias, identifica-se o ideal moral egocêntrico e individualista que considera a alteridade apenas no plano teológico (como fundamento de todas as verdades), secundarizando-a no plano antropológico. A noção de beatitude (contentamento do espírito consigo mesmo) expressa o ideal moral, que se apoia na firme resolução tomada pela vontade individual propondo-se a fazer o melhor possível a partir daquilo que a inteligência julgou ser o melhor.

Os pontos centrais da análise da moral cartesiana relacionada com a Natureza humana são: 1) o egocentrismo na moral cartesiana; 2) Natureza humana e ideal moral.

## 2.1. O egocentrismo na moral cartesiana

Trata-se de verificar como na prática se dão as ações morais a partir da impossibilidade de se ter idéias claras e distintas da união substancial, que é o plano onde as mesmas se realizam. Identifica-se aí um problema para o homem, que tem que agir a todo momento, sem poder permanecer muito tempo na hesitação devido a urgência da vida e pelos riscos causados para a sobrevivência, que dela podem decorrer.

A conduta moral deve ser guiada não pela imaginação ou pelos sentidos, mas apenas pelo “sujeito”, mesmo que sempre não se alcance a verdade, mas pelo menos ficar-se-ia mais próximo possível dela por se ter seguido a razão.

Essa posição de Descartes definirá, então, as características do homem virtuoso, que ao seguir a razão individual como o parâmetro para a determinação dos padrões de moralidade, construirá a moralidade centrada apenas no sujeito.

A inteligência e a vontade terão papéis preponderantes na ação moral, pois a partir da compreensão da extensão de suas atuações, que se terá a medida do que é certo e do que é errado em nossas ações.

O ideal moral é centralizado na razão pessoal (do sujeito) em que a beatitude ou o contentamento interior será alcançado quando a vontade escolher com firmeza aquilo que a inteligência mostrou como sendo o melhor possível. As regras morais expressam exatamente esse ideal moral egocêntrico.

Analisamos as regras morais expressas no Discurso como provisórias, identificando o solipsismo, a presença de elementos estoicos e a atitude conformista das leis e das normas da sociedade e do Estado em que se vive.

Verificamos também, que as regras provisórias da moral egocêntrica, permaneceram no pensamento do filósofo até no final da sua vida. Isso se constata pelo fato de não se encontrar nas obras posteriores indicações contrárias, mas também pela reafirmação das regras na correspondência particular anos mais tarde de sua aparição no Discurso.

Esses fatos nos levam a concluir que a Moral egocêntrica apresentada nas Máximas cartesianas

como único esboço moral tido nas obras do filósofo como certo e com recomendações a serem seguidas.

A culminância da moral egocêntrica se dá na proposta de um ideal assentado no “sujeito” orientado pelas regras não mencionadas como definitivas e com o objetivo de alcançar a beatitude, ideal esse definido por Descartes como o “contentamento do espírito” ou, em outras palavras, uma satisfação pessoal por ter feito o máximo para seguir os conselhos da razão.

O nosso interesse na compreensão do ideal cartesiano de identificar ali a exclusão da alteridade antropológica, expressa pelo “outro”, que entendemos seja também sujeito, importa saber como em uma moral centrada no sujeito que se propõe apenas provisória, adquirindo um valor permanente posterior, pode ser pensada a alteridade antropológica (a intersubjetividade) nesse contexto complexo que tem como plano de ação a união substancial espírito e corpo.

## 2.2. Natureza humana e ideal moral

A concepção de Natureza humana é fundamental para a moral que se apresenta, pois é centrada no sujeito que pensa, que é priorizado nas decisões do agir nas circunstâncias da vida cotidiana. O espírito humano peça fundamental da concepção de Natureza humana, é confirmado por Descartes, como o centro da Moral estabelecida nas Máximas.

O ideal moral não será determinado pelas virtudes na busca da verdade ou do bem que deve ser feito aos outros, mas um contentamento pessoal, estritamente interior, que despreza as necessidades pessoais e materiais.

Preocupa-nos refletir sobre as conseqüências que podem trazer para a sociedade em geral e para os outros em particular o fato de cada sujeito guiar-se pela razão pessoal e individual mesmo que a razão seja guiada pelo melhor possível.

Esse problema não mereceu atenção especial na reflexão cartesiana, dando a entender, a nosso ver, que a alteridade antropológica não é importante para a consecução da moral centrada no sujeito.

### 3. A ALTERIDADE TEOLÓGICA

Ao encontrar a idéia de si mesmo, como “coisa pensante” como sendo a sua essência puramente intelectual, percebe Descartes que não pode ter sido o autor de si mesmo. A busca desse autor o levará a uma outra idéia mais perfeita, existindo fora do âmbito do “si mesmo”, mas excluindo a possibilidade de sua autoria estar nos pais que lhe deram a vida ou mesmo um Gênio Maligno e enganador. A única alternativa que resta para identificar o autor da “coisa pensante” é “Deus”, entidade considerada por Descartes como onisciente e criador de todas as coisas existentes.

A alteridade teológica (Deus) passa a ser na reflexão Cartesiana, o componente metafísico fundamental, que dará a base para a primeira verdade obtida “*cogito, ergo sum*” e, parte essencial da natureza humana.

O reconhecimento da alteridade se dá no momento em que Descartes, nas *Meditações Terceira e Quinta*, ao examinar as idéias que julga possuir em seu espírito, se depara com a idéia de Deus, de perfeição.

O exame empreendido por Descartes inclui não só as idéias que possui, mas também, a origem das idéias e, se elas se originam em si mesmo ou em outro ponto fora do “si mesmo”, e ainda, o exame da idéia de perfeito, sua origem e que valor objetivo possui.

Esse exame das idéias que possui, leva Descartes ao encontro das seguintes verdades: Deus como fonte de todo o conhecimento possível, inclusive da idéia de “*cogito*”, abrindo perspectiva para o fundamento em Deus da sua moral egocêntrica.

Fizemos a verificação da argumentação cartesiana que erige Deus como a certeza da certeza do “*cogito*”; mostrando a ligação que existe entre a sua antropologia e a teologia (liberdade humana e decretos divinos), identificando como a alteridade teológica fundamenta metafisicamente a moral expressa nas *Máximas da moral provisória*.

Para chegar a idéia de Deus como o fundamento de todo o conhecimento possível, Descartes desenvolve as provas da existência de Deus, que analisamos no sentido de demonstrar que a argumentação cartesiana se dirige também

no sentido de todas as verdades que são obtidas, inclusive as que dizem respeito à sua moral.

Embora a idéia de Deus seja considerada por Descartes como satisfatoriamente demonstrada, após a análise minuciosa que fez, resta verificar de onde tal idéia foi obtida.

A reflexão que elimina outras fontes que não a sua produção por Deus mesmo, é posta no espírito do homem desde a sua criação. Esse para nós é um ponto fundamental da reflexão cartesiana, pois, Deus é posto não somente como a causa da idéia no espírito, mas, como a causa de todo o conhecimento possível para nós. Aí inclui-se, portanto, e agora com característica de clareza e distinção, que Deus é a certeza, a garantia e a justificação da moral provisória centrada no sujeito que se guia pela própria razão, por não ser possível um conhecimento claro e distinto do plano das ações morais, que é o da união substancial.

#### 3. 1. Alteridade teológica e fundamento da moral cartesiana

Procuramos a partir da determinação de que Deus é o fundamento de todo o conhecimento possível, verificar como é buscada por Descartes a fundamentação divina para a moral centrada no sujeito que decide na prática o que deve ser feito de acordo com a sua razão, pela impossibilidade de se obter teoricamente uma moral.

As indicações explicitadas por Descartes, ligam a moral com a metafísica, embora seja necessária também explicar claramente como que Deus fundamenta as nossas ações que, algumas vezes, dependem de nossa própria vontade e de nosso conhecimento e outras, se tornam inevitáveis. Essa fundamentação metafísica inclui a análise dos fundamentos certos da moral perfeita, dentre os quais se destaca o primeiro e principal, que a existência de Deus.

#### 3. 2. Liberdade humana e decretos divinos

Aqui trata-se de analisar uma dificuldade encontrada a partir das posições de Descartes em relação a fundamentação divina para a moral. Há que se esclarecer como em Descartes se pode qualificar a ação moral como livre e qual o grau de

*dependência que ela mantém com os decretos divinos, que são infinitos e infalíveis e, ainda se a origem dos nossos erros encontra base em nossa liberdade ou em Deus, que fundamenta nossos conhecimentos e nossas ações.*

A resposta de Descartes é no sentido de não encontrar incompatibilidade entre a liberdade humana e os decretos divinos, apesar de colocar essa questão como incompreensível pelo entendimento humano.

### 3. 3. Alteridade antropológica e implicações para a moral

A moral cartesiana, embora com a sua fundamental ação metafísica em Deus, fonte e origem de todo o conhecimento possível e de todas as nossas ações, abre perspectivas limitadas para a ação intersubjetiva com a alteridade antropológica, existente como sujeito a nosso ver como “coisa pensante”, mas não incluída na definição como alteridade antropológica e como “outro” fundamental da ação moral aparecendo apenas como objeto entre outros objetos percebidos pelas paixões da alma.

### 4. A ALTERIDADE ANTROPOLÓGICA NA MORAL CARTESIANA.

Nessa unidade nossa atenção volta-se para a questão do “outro”, alteridade antropológica, negada a princípio pela dúvida metódica, por tratar-se também de uma idéia que percebemos pelos sentidos e que foi restabelecida posteriormente nas Meditações junto com as verdades emanadas a partir da primeira certeza, o “cogito, ergo sum”, não como “coisa pensante”, como outra “mente”, como “outro” sujeito, mas como objeto junto com as outras idéias das outras coisas que nos chegam e percebidas pelas paixões da alma.

A análise da questão do “outro” na Moral de Descartes, será desenvolvida tomando-se como referência os seguintes itens: 1) A concepção de Natureza humana e o ideal moral propostos na obra “As Paixões da alma” 2) A concepção de generosidade como uma paixão que é centrada no “si mesmo”; 3) A presença do “outro” existente na aplicação prática da moral que tem sobre ele e dele

*sobre nós; 4) A posição que ocupa esse “outro” existente frente ao ideal moral das Máximas e sua conseqüente aplicação prática estabelecida em “As Paixões da Alma”.*

#### 4.1. A Natureza humana e o ideal moral relacionado com as paixões

A concepção de Natureza humana que fundamenta as ações morais no “ego cogito”, prescinde no plano teórico e prático da intersubjetividade, como princípio de determinação dos valores morais.

A nós, torna-se necessária, para a consecução dos fins deste trabalho, verificar como Descartes, através da descrição das paixões chegará a doutrina das paixões para a moral é a concepção de generosidade como remédio para os excessos das paixões.

Fizemos a verificação de como na Natureza humana se dá o processo de relacionamento das paixões com os desejos para se atingir o conhecimento possível da verdade sobre as paixões, a fim de se poder guiar as nossas ações na vida cotidiana de modo correto.

Torna-se necessário a adoção de critérios mais ou menos gerais que nos induzem a muitos e diversos desejos. O remédio apresentado por Descartes contra os desregramentos dos desejos, de um lado, a generosidade e, de outro, uma reflexão sobre a providência divina.

#### 4. 2. A concepção de generosidade como uma paixão que é centrada na estima de si mesmo

Para compreender melhor a generosidade e a sua ligação estreita com a moral centrada no sujeito, é necessário verificar a diferença que tem da noção comum; como ela pode servir de remédio contra os excessos das paixões e a sua relação com a alteridade antropológica, o “outro” existente.

O desenvolvimento desses pontos nos levaram a algumas conclusões importantes; a estima que se deve ter para consigo mesmo está em primeiro lugar, para depois constatar que os outros também, necessariamente devem estimar a si mesmos. Não há a proposta de um trabalho

interativo de cooperação, de ajuda mútua, de solidariedade, etc...

A presença da generosidade, como remédio para as paixões, toma como base o conhecimento das razões, segundo as quais, deve-se estimar a si mesmo; o conhecimento de nossa liberdade, aliado ao bom uso que dele se faz no controle de nossos sentimentos e de nossas paixões. Coloca Descartes, o critério de apreciação de nosso próprio valor, o gozo de uma sabedoria ou “sagesse” em que o homem não depende dos bens materiais que possui, nem da apreciação que os outros fazem sobre ele.

A nosso ver, uma das maiores dificuldades na compreensão da concepção de generosidade em Descartes é de que a presença dela em nós se dá de modo diferente. Para uns, é inata e para outros tem que ser adquirida pela formação.

A partir dessas conclusões adquiridas, pensamos em estabelecer a ligação da generosidade com a alteridade antropológica, o “outro” existente, que pode ser generoso e estimar a si mesmo na perspectiva da construção moral. A relação possível prevista por Descartes se restringe na compaixão ou piedade, o que para nós confirma as nossas especulações de que a moral cartesiana tem características de um solipsismo com fortes traços estoicos.

Constatamos que a perspectiva da intersubjetividade na reflexão cartesiana fica difícil de se ver no plano teórico e, conseqüentemente no da vida prática como se constata pela consideração que se tem pelo “outro” antropológico na descrição das paixões.

#### 4. 3.O ideal moral e a consideração do “outro” existente

A consideração do “outro” antropológico nas paixões é verificada quando da aplicação prática do ideal moral; a perspectiva de certeza desse ideal e as limitações da moral social cartesiana.

Pela descrição das paixões, se pode identificar a presença do “outro” antropológico, revelando uma posição secundária, pois, o coloca com o objeto que é sentido pelas mesmas. A partir daí realizamos algumas considerações em termos da sua importância no pensamento moral cartesiano, que tem na prioridade da estima sobre si mesmo, a

generosidade como elemento norteador das ações no plano das paixões.

Essas considerações vão nos ajudar a identificar na moral cartesiana o “outro” antropológico como realidade afetiva apenas, e não ontológica. Isso para nós é a culminância do processo de redução que se desencadeou desde o início da reflexão cartesiana ao se colocar em dúvida todas as verdades existentes. Os “outros” existentes, podem ser percebidos por nós através da sensibilidade e da paixão, naquilo que nossa alma tem de afetivo e não naquilo que tem de racional, justificando, portanto, a não existência de uma moral de atitudes de relacionamento com os “outros”, também existentes fora de nós. Fica claro para nós que a perspectiva da relação intersubjetiva na moral cartesiana é bastante limitada tendo as suas raízes nas limitações da compreensão do homem no plano da união substancial.

#### 4. 4.Natureza humana e o ideal moral egocêntrico

Com a concepção de Natureza humana limitada pela interpretação em base de categorias limitativas do humanismo grego, abre-se espaço para a elaboração da moral do sujeito. Sujeito que coloca as paixões a serviço do ideal moral que tem na egocentralidade a sua característica principal.

Como as paixões dizem respeito ao sujeito e a sua realização diante dos objetos que se lhe apresentam, entende Descartes que os outros homens (incluídos nas paixões da piedade e compaixão) são também constituídos de natureza idêntica daqueles outros objetos sentidos e percebidos por elas. A alteridade antropológica nessa perspectiva do ideal moral cartesiano das paixões passa a ser entendida e tratada no plano prático como um objeto. Com a eliminação do “outro” do plano moral, também conseqüentemente elimina-se a possibilidade de uma relação intersubjetiva entre as pessoas que convivem em sociedade.

#### 5. ÉTICA E ALTERIDADE ANTROPOLÓGICA

Com esta unidade, na qual culmina nossa reflexão, identificamos alguns pontos que a nosso

ver, nos dão a visão das dificuldades teóricas pelas quais não foi possível para Descartes desenvolver uma ética que considerasse a construção do mundo que se vive, mas apenas, uma moral com caráter provisório, com forte tendência ao subjetivismo e ao conformismo.

Desenvolvemos nesta unidade os seguintes pontos: 1) A interpretação do sujeito; 2) O homem como sujeito e a sua inserção no mundo; 3) A presença do “outro” antropológico na moral cartesiana; 4) A moral cartesiana e o amor cristão.

### 5. 1. A interpretação do sujeito. A união substancial

Enfatizamos as anunciadas limitações de Descartes no seu esforço de interpretação do sujeito com base apenas nas categorias do humanismo grego. Essas dificuldades para nós não estão no fato de o homem constituir-se um problema de difícil compreensão pela nossa inteligência, mas sim, a interpretação mesma do autor, apesar do arremate dogmático ser levado para o plano da fé.

Com isso, em Descartes, não ficamos sabendo o que é o homem no plano da união substancial, o que impossibilita a construção de uma moral “científica” como pretendia no início de sua reflexão. Como não se tem uma clareza ao nível do entendimento do que é o sujeito, não teremos conseqüentemente uma clareza de como esse mesmo sujeito pode e deve agir em relação ao mundo e nas situações que ele deverá enfrentar.

A moral possível para Descartes é a que se apresenta com as características do subjetivismo, do conformismo e com a presença de elementos estoicos.

### 5. 2. O homem como “ego cogito” e sua inserção no mundo

As limitações da moral, a partir da concepção de homem limitada, propõe então, para evitar as hesitações nas situações em que a vida exige uma urgência maior, o guiar-se pela razão do sujeito e a sua adequação aos costumes e normas vigentes do Estado. Sendo então a partir dessas considerações, a lei vigente em determinada situação histórica, entendida como critério substitutivo do critério absoluto e fundador do valor moral.

Conseqüentemente, a ética da alteridade antropológica é impossível de ser construída, deixando lugar apenas para a moralidade vigente e um conformismo moral para o sujeito.

A inexistência de uma perspectiva ética e associada a ação e submissão da moral leiga, e política dos Príncipes, propicia a inserção do homem na moralidade do Estado, a moralidade vigente.

Analisamos a partir daí a posição política de Descartes, que a princípio entende que deve abster-se de tal tema, mas manifesta uma clara aceitação e um conformismo à política dos Príncipes e governantes, fazendo severas críticas aos que se atrevem a propor reformas ou tratar desses temas que considera de exclusiva competência dos governantes, que para ele, receberam tal incumbência de Deus.

Propõe que a idéia de mudança, deve limitar-se aos próprios pensamentos, no sentido de adaptá-los à ordem vigente estabelecida pelos governantes.

### 5. 3. A objetualização da idéia do “outro” sujeito na moral cartesiana

Neste ponto analisamos em que medida o “outro” é considerado como “alteridade objetivada”, e se nas paixões onde há a presença do “outro” está prevista uma ação de responsabilidade ética para com ele quando da constatação de agressões ou de injustiças cometidas por nós mesmos a outros, ou por outros a nós ou a outras pessoas.

A objetivação da alteridade antropológica nos fez analisar duas questões que consideramos como fundamentais para a moral: a) se o “outro” é objeto e pode em diversas situações causar determinada reação (paixão) em nós, como fica a possível responsabilidade da parte do sujeito para com aquilo que está acontecendo com esse “outro”; b) a desconsideração da posse dos bens materiais necessários à sobrevivência e as diferenças entre as pessoas em sociedade, determinadas pelos critérios de acumulação e de posse desses bens e as injustiças daí decorrentes. A nosso ver, a noção de generosidade proposta por Descartes estaria como a razão justificadora das situações existentes, mesmo que injustas.

Percebe-se com a objetualização do “outro” a ausência de ações que recomendem o relacionamento ético responsável e alterativo.

#### 5. 4. Moral cartesiana e amor cristão

Entendemos que a relação da moral cartesiana com o amor cristão se faz necessária e oportuna pelas seguintes razões: a) a moral cristã, é a moral vigente no século XVII (Descartes recomenda adaptar-se às normas vigentes na sociedade); b) mostrar as diferenças que existe entre a moral leiga cartesiana e a moral cristã vigente na época, principalmente, no que diz respeito à reciprocidade (intersubjetividade) e a intermediação de Deus no relacionamento possível bipolar sujeito-sujeito do amor. A moral leiga cartesiana traz em seu bojo princípios cristãos, mas os coloca em uma outra ordem.

Essas posições de Descartes, explícitas na moral provisória, fundamentando-se na concepção de homem, tornam-se mais claras na descrição das paixões, em que os “outros”, a alteridade antropológica colocada ao nível dos outros objetos que são percebidos por elas.

Apesar da moral vigente ser a moral cristã, Descartes não a propõe como modelo a ser seguida. Por um lado, propõe uma moral laica, a das “máximas provisórias” centradas no “eu pensante” mas, por outro, propõe a adaptar-se às normas vigentes da época, no caso a moral religiosa cristã.

#### CONCLUSÃO

Com este breve trabalho, procuramos esboçar o que se tem no pensamento de Descartes a respeito da questão moral. Tal pensamento não se encontra em uma obra específica, mas está distribuído em diversos escritos, inclusive em suas correspondências pessoais publicadas depois de sua morte.

A moral possível para Descartes no conjunto de sua obra, e impossível de ser aceita por nós, é a centrada no sujeito (si mesmo) que coloca o “outro” antropológico (existente) como objeto, não permitindo uma relação intersubjetiva na construção de uma ética que tenha por instrumento

a comunicação e a deliberação racional das pessoas envolvidas no processo moral em sociedade pela determinação de ser-homem e, constituir-se naturalmente como ser-com-os-outros.

#### BIBLIOGRAFIA

- ADAM**, Charles; **TANNERY**, Paul. Oeuvres des Descartes. Nouvelle présentation en co-edition avec le Centre national de Recherche Scientifique. Vol I a XI. 1982 a 1989.
- BENICHOU**, Paul. Morales du grand siècle. Paris, Gallimard, 1948. **DESCARTES**, René. Princípios da filosofia. Trad. de Alberto Ferreira, 2 ed., Lisboa, Guimarães e Cia Editores, 1984.
- \_\_\_\_\_. Entretien avec Burman (Manuscrit de Göttingen). Paris, Boivin, 1937.
- \_\_\_\_\_. Regras para a direção do espírito. Lisboa. Edições Setenta, 1985.
- \_\_\_\_\_. Regles pour la direction de l'esprit. Trad. J. Sirven. Paris, J. Vrin, 1951.
- \_\_\_\_\_. Coleção Os Pensadores, v. XV. São Paulo. Ed. Abril, 1973.
- GUÉROULT**, Martial. Descartes selon l'ordre des raisons. I. L'homme et Dieu, Paris, Aubier, 1953.
- \_\_\_\_\_. Descartes selon l'ordre des raisons. II. L'homme et le corps. Paris, Aubier, 1953.
- GILSON**, Etienne. Discours de la méthode. Texte et commentaire. Paris, J. Vrin, 1947.
- LEWIS**, Genéviève. L'individualité selon Descartes, Paris, J. Vrin, 1950.
- LABERTHONNIÈRE**, Études sur Descartes. I. (publiés par les soins de Louis Canet). Paris, J. Vrin, 1935.
- \_\_\_\_\_. Études sur Descartes. Paris, P.U.F., 1950.
- LAPORTE**, J. Jean. Le rationalisme de Descartes. Paris, P.U.F., 1950.
- MARION**, Jean Luc. Sur la theologie blanche de Descartes. Paris, P.U.F., 1981.
- \_\_\_\_\_. Questions cartésiennes. Paris, P.U.F., 1991.
- RODIS-LEWIS**, Genéviève. La morale de Descartes. Initiation philosophique, Paris, J. Vrin, 1984.
- TEIXEIRA**, Lívio. Ensaio sobre a moral de Descartes. (Tese apresentada na F.F.L.C.H.- USP) São Paulo, s.d.